

# Por que a economia brasileira está estagnada, apesar de nossas imensas potencialidades?

Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB Padre “Thierry Linard”<sup>1</sup>  
22 de junho de 2022

*Por conseguinte, ninguém pode ser excluído; não importa onde ele tenha nascido, e menos ainda contam os privilégios que outros possam ter porque nasceram em lugares com maiores possibilidades. Os confins e as fronteiras dos Estados não podem impedir que isso se cumpra. Assim como é inaceitável que uma pessoa tenha menos direitos pelo simples fato de ser mulher, de igual modo é inaceitável que o local de nascimento ou de residência determine, de per si, menores oportunidades de vida digna e de desenvolvimento.*

*O desenvolvimento não deve orientar-se para a acumulação sempre maior de poucos, mas há de assegurar os “direitos humanos, pessoais e sociais, econômicos e políticos, incluindo os direitos das nações e povos”. O direito de alguns à liberdade de empresa ou de mercado não pode estar acima dos direitos dos povos e da dignidade dos pobres, nem acima do respeito pelo ambiente, pois “quem possui uma parte é apenas para administrar em benefício de todos”. **Fratelli Tutti 121 e 122***

Todos sabemos que o Brasil é um país muito rico, sob todos os aspectos. Somos o país da abundância. No entanto, o cenário presente na vida da imensa maioria das pessoas é de extrema escassez.

Esse paradoxo traz uma profunda inquietação, que resumimos em algumas questões econômicas que afetam diretamente a vida do povo brasileiro. Por que a economia brasileira está estagnada, apesar de nossas imensas potencialidades? Por que a indústria brasileira perdeu força e está tão difícil conseguir e manter o emprego? Por que os juros são tão elevados no Brasil? Por que a inflação está tão alta e não cede, apesar dos juros elevadíssimos? Por que em um país que tem muito petróleo e uma gigante como a Petrobras, o gás de cozinha custa tão caro, assim como os demais combustíveis? Por que uma das maiores potências produtora de alimentos do mundo tem metade da população em insegurança alimentar? Por que a depredação ambiental prossegue de forma alarmante com a mineração predatória e o setor do grande agronegócio voltado exclusivamente para a exportação de *commodities*, na contramão da necessária garantia de vida no planeta? Afinal, quem financia o Estado e quem mais se beneficia do gasto público se os direitos sociais da maioria não são atendidos? E, por fim, como será possível superar esses problemas e retomar o processo de crescimento econômico com justiça social?

---

<sup>1</sup> Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina – MA, Pe. Paulo Renato Campos – Assessor de Política da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin SJ (*in memoriam*), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Gustavo Inácio de Moraes – PUC/Rio Grande do Sul, José Reinaldo F. Martins Filho – PUC/Goiás, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Tânia Bacelar – UFPE, Maria Lucia Fattorelli – Auditoria Cidadã da Dívida, Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP) e Ricardo Ismael – PUC/Rio. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência.

Pretendemos, nesse texto, enfrentar essas questões, evidentemente sem a pretensão de esgotar os temas, mas sim buscar explicar que a origem da escassez está na estrutura do modelo econômico que atua no Brasil, o qual tem sido projetado para dar esse resultado que concentra a renda e a riqueza nas mãos de poucos.

A compreensão acerca do modelo econômico que atua no Brasil e os eixos que sustentam esse modelo permite clareza quanto às medidas que devem ser adotadas para que efetivamente se alcance uma situação de verdadeira fraternidade, vida digna para todas as pessoas e respeito à Natureza.

## **I - Por que a economia brasileira está estagnada, apesar de nossas imensas potencialidades?**

O Brasil é o país da abundância, com riquezas impressionantes, sob todos os aspectos! Temos petróleo, nióbio e diversos minerais estratégicos; a maior reserva de água doce do planeta; grande extensão de terras agricultáveis; clima favorável; ricas florestas, cerrados, praias; uma matriz energética com predomínio de fontes limpas e renováveis; riqueza humana e cultural impressionantes, um mercado interno entre os maiores do mundo e uma população economicamente ativa de mais de 107 milhões de pessoas<sup>2</sup> em idade e condições de trabalhar; além de riquezas financeiras que superam R\$ 4 trilhões há vários anos e chegaram a quase R\$ 5 trilhões ao final de 2021<sup>3</sup>.

Portanto, o discurso de que faltam recursos para investimentos no Brasil é falacioso e não encontra respaldo nos dados oficiais, que comprovam a existência de R\$ 1,736 trilhão na Conta Única do Tesouro Nacional, R\$ 988 bilhões no Banco Central e R\$ 2,02 trilhões em reservas internacionais, somando cerca de R\$ 5 trilhões. Além disso, houve “Superávit Primário” em 2021, no valor de R\$ 64 bilhões<sup>4</sup>, e em 2022 as contas públicas acumularam um superávit de R\$109,6 bilhões no primeiro trimestre<sup>5</sup>. O problema está na distribuição desses recursos, tendo em vista que enquanto os investimentos sociais são submetidos a teto constitucional<sup>6</sup> e cortes, não há limite algum para o privilegiado gasto financeiro com juros da dívida pública, nem para o custo da política monetária praticada pelo Banco Central.

É por isto que, apesar da incontestável realidade de abundância, vivemos em impressionante cenário de escassez, com falta de recursos para investimentos estratégicos e para o atendimento aos direitos sociais básicos, que vem jogando o país em inaceitável atraso socioeconômico.

---

<sup>2</sup> <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2022/03/taxa-de-desocupacao-cai-quase-um-ponto-percentual-no-trimestre>

<sup>3</sup> Em 31/12/2021, haviam em caixa R\$ 4,7 trilhões, sendo R\$ 1,736 trilhão na Conta Única do Tesouro (Fonte: [https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist\\_estatisticasfiscais/202201\\_Tabelas\\_de\\_estatisticas\\_fiscais.xlsx](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202201_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx), Tabela 4, Linha 44); R\$ 988 bilhões em Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados (dinheiro da sociedade e que deveria estar circulando na economia na forma de empréstimos a juros baixos a pessoas e empresas; Fonte: mesma Tabela 4 acima, linhas 50 e 52); e R\$ 2,02 trilhões em reservas internacionais (US\$ 362,2 bilhões multiplicados pelo câmbio de R\$ 5,5799; Fonte: Série Temporal nº 13621 do Banco Central)

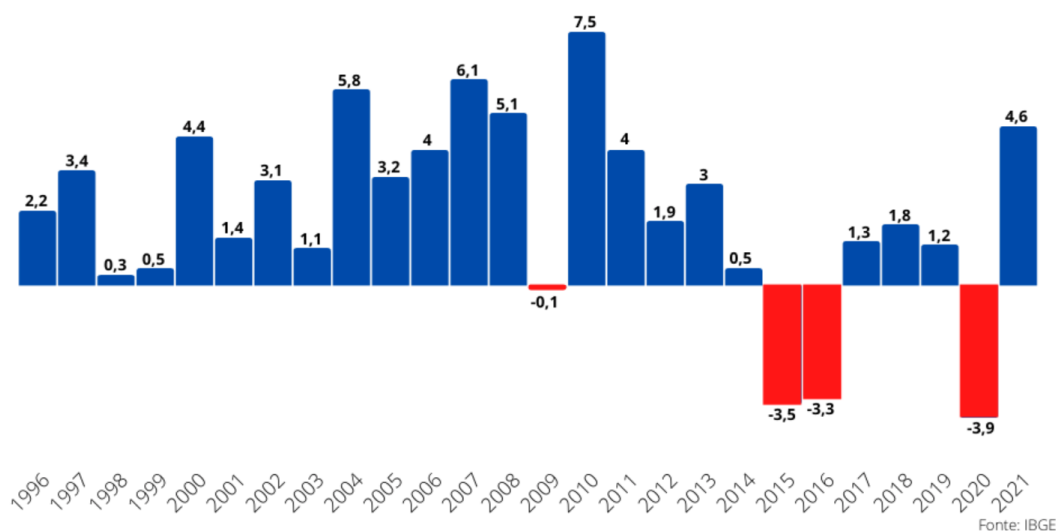
<sup>4</sup> Resultado referente à União, estados e municípios. É importante considerar todos os entes federados, pois grande parte do superávit de estados e municípios é destinado ao governo federal, na forma de pagamento das dívidas destes entes com a União.

<sup>5</sup> <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/16/contas-publicas-tem-superavit-de-r-43-bilhoes-em-marco-e-divida-recua-para-785percent-do-pib.ghtml>

<sup>6</sup> O “Teto de gastos” inserido na Constituição Federal por meio da Emenda constitucional nº 95, para vigorar durante 20 anos, é aplicado somente sobre os gastos “Primários”, isto é, os gastos com todos os serviços sociais prestados à população (saúde, educação, segurança, assistência, previdência etc.) e com a manutenção da estrutura do Estado (custeio dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e respectivos órgãos públicos). A EC 95 deixou fora do teto, sem limite ou parâmetro algum, os gastos financeiros com a dívida pública.

A fim de responder porque o Brasil não cresce e a economia está estagnada, é importante olhar para a variação do PIB ao longo dos últimos 25 anos, refletida no gráfico seguinte, que mostra uma importante descontinuidade e quedas relevantes:

### Variação do PIB em relação ao ano anterior, em %



As variações no PIB refletem principalmente o efeito das medidas econômicas adotadas internamente. Em 2015 e 2016, por exemplo, enquanto o PIB brasileiro encolheu quase 7%, a média internacional de crescimento do PIB foi de 6%. Portanto, a queda do PIB brasileiro nos 2 anos citados não teve influência da conjuntura mundial.

Em 2020, toda a economia mundial sofreu os impactos da pandemia, mas no Brasil esses impactos foram agravados pela dificuldade de acesso a crédito que levou milhões de empresas à falência, aumentando o desemprego. Isto aconteceu apesar da liberação, pelo Banco Central, de R\$1,2 trilhão de liquidez aos bancos<sup>7</sup>. É importante ressaltar que, embora em 2021 o PIB brasileiro aparentemente tivesse recuperado a queda ocorrida em 2020, o desempenho brasileiro ficou abaixo da média mundial, que apresentou crescimento de 5,5% em 2021. O Brasil se encontra atualmente na 13ª posição no *ranking* das maiores economias do mundo<sup>8</sup>, cabendo lembrar que há 10 anos ocupávamos a 7ª posição.

Apesar das imensas riquezas aqui existentes, o posicionamento decrescente do Brasil em comparação às demais economias, assim como a degradação no atendimento dos direitos sociais e o nosso atraso socioeconômico não é obra de mero acaso, mas decorre do modelo econômico que atua no país. A posição decrescente do PIB está acompanhada da queda da posição do Brasil também no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano medido pela ONU. Segundo o último relatório divulgado no final de 2020<sup>9</sup>, o Brasil ocupa a 84ª posição no ranking do IDH, tendo perdido cinco posições em relação ao relatório anterior.

<sup>7</sup> Notícias disponíveis em <https://www.infomoney.com.br/economia/com-crise-banco-central-ja-anunciou-r-12-trilhao-em-recursos-para-bancos/> e <https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/03/24/bc-injeta-r-12-trilhao-em-liquidez-no-sistema-bancario.ghtml>. Folheto resumido disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/novela-capitulo-2-assalto-aos-cofres-publicos/>

<sup>8</sup> <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/04/brasil-cai-para-a-13a-posicao-no-ranking-de-maiores-economias-do-mundo.ghtml>

<sup>9</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-12/brasil-fica-em-84o-lugar-em-ranking-mundial-do-idh>

O modelo econômico brasileiro é sustentado principalmente pelos 4 eixos listados a seguir, os quais têm resultado em privilégios e na concentração da renda e da riqueza nas mãos de uma minoria, em detrimento da justa distribuição de renda e riqueza, impedindo o nosso desenvolvimento socioeconômico:

**Eixo 1 – Modelo Tributário regressivo**<sup>10</sup>, que faz com que os mais pobres paguem proporcionalmente muito mais tributos embutidos em tudo que consomem, tendo em vista que a maior parte da carga tributária está concentrada nos tributos que incidem sobre o consumo. Dessa forma, até um mendigo paga tributos quando compra algo com o dinheiro de esmolas que recebe. Por outro lado, os elevados lucros distribuídos aos sócios por bancos e grandes empresas são isentos; as fortunas não são tributadas; as exportações, remessas ao exterior e produtos de luxo suportam cargas bem menores ou até ficam isentos, lembrando ainda que em muitos casos, grandes corporações ainda recebem incentivos fiscais.

**Eixo 2 – Sistema da Dívida**<sup>11</sup>, que usa o instrumento de endividamento público às avessas<sup>12</sup>, ou seja, em vez de servir para financiar investimentos importantes para a sociedade e para o nosso desenvolvimento socioeconômico, como fazem os países ricos, tem servido para promover a transferência de recursos públicos para bancos e aplicadores do mercado financeiro. Isso ocorre devido aos juros altos e por meio de diversos mecanismos financeiros questionáveis<sup>13</sup>, que geram dívida sem contrapartida alguma. O próprio Tribunal de Contas da União<sup>14</sup> já declarou ao Senado que a dívida interna federal não tem financiado investimentos no Brasil. Existem mecanismos ilegais<sup>15</sup>, como a “Securitização”, que desvia receitas tributárias por fora dos controles orçamentários, como comprovado durante as investigações da CPI da PBH Ativos S/A em Belo Horizonte<sup>16</sup>, funcionando como um consignado<sup>17</sup> de recursos públicos que subtrai e desvia o dinheiro arrecadado de contribuintes antes que este alcance os cofres públicos. A

---

<sup>10</sup> O tema da Reforma Tributária foi tratado em maior profundidade no texto de Análise de Conjuntura disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/7.-REFORMA-TRIBUTARIA-janeiro-2021.pdf>

<sup>11</sup> <https://auditoriadada.org.br/conteudo/video-17-ehoradevirarajogo/>

<sup>12</sup> Jessé Souza e Rafael Valim (coords.) RESGATAR O BRASIL. Editoras Contracorrente e Boitempo (2018) Fattorelli, Maria Lucia págs. 61 a 81

<sup>13</sup> Dentre os mecanismos questionáveis sobressai o uso de cerca de R\$ 2 trilhões de títulos públicos doados pelo Tesouro Nacional ao Banco Central, que os utiliza principalmente para remunerar diariamente a sobra de caixa dos bancos. Cabe observar que, além de doar cerca de R\$ 2 trilhões de títulos públicos ao Banco Central, o Tesouro também paga juros ao BC, incidentes sobre estes títulos doados. Esses juros recebidos do Tesouro constituem a principal fonte de receita do Banco Central, e é utilizada para pagar os juros diários aos bancos. Por meio desse mecanismo o Banco Central se torna uma correia de transmissão de recursos orçamentários aos bancos. Esse mecanismo ainda provoca elevação dos juros de mercado, prejudicando toda a economia, devido à escassez de moeda provocada pela esterilização desse grande volume de dinheiro na caixa do Banco Central.

<sup>14</sup> Fala do representante do TCU à CAE/Senado <https://auditoriadada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>, fundamentada no Acórdão 1084/2018 - TCU: "O Tesouro Nacional também registra que não foram identificadas, no período inserido no escopo desta auditoria, despesas orçamentárias nos orçamentos fiscal e da seguridade social classificadas no grupo de despesa "4 - Investimentos" custeadas com recursos das fontes "43 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal" ou "44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações".

Acórdão disponível em [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/\\*NUMACORDAO%253A1084%2520ANOACORDAO%253A2018/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520UMACORDAOINT%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*NUMACORDAO%253A1084%2520ANOACORDAO%253A2018/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520UMACORDAOINT%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse)

<sup>15</sup> A título de exemplificação, um dos mecanismos do endividamento público na atualidade é caracterizado pela chamada “Securitização”, que já foi considerada como um “*subterfúgio ilegal*” pelo Ministério Público de Contas, no processo TC 016.585/2009-0, que tramita no TCU, conforme trechos mencionados em artigo que cita graves questionamentos de diversos órgãos de controle federais e estaduais, conforme disponível em <https://monitormercantil.com.br/orgaos-de-controle-questionam-esquema-da-securitizacao-de-creditos/>

<sup>16</sup> Ver a suspensão do esquema pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais <https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111624409> e a demonstração do desvio fraudulento explicado no artigo “A Jogada Contábil da Securitização de Créditos”, disponível em <https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2022/03/jogada-contabil-da-securitizacao-de-creditos-publicos/>.

<sup>17</sup> <https://auditoriadada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

centralidade do Sistema da Dívida no modelo econômico é evidenciada de várias formas: os gastos com a dívida subtraem grande parte dos orçamentos públicos de todas as esferas e, adicionalmente, a dívida tem sido usada como justificativa para a contínua imposição de cortes e teto de gastos sociais, privatizações de patrimônio público estratégico, e contrarreformas que retiram direitos sociais. Os cortes incidem sempre sobre os gastos primários do Governo (que financiam as políticas públicas) e deixam intocados os gastos financeiros (que se dirigem aos rentistas), como faz o “Teto de Gastos” de que trata a Emenda Constitucional nº 95/2016.

**Eixo 3 – Política Monetária**<sup>18</sup> praticada pelo Banco Central, que amarra a economia brasileira com a prática de juros altíssimos e outros mecanismos nocivos, em especial a escassez de moeda provocada pelas “operações compromissadas” e “depósitos voluntários remunerados”<sup>19</sup>, que remuneram diariamente a sobra de caixa dos bancos<sup>20</sup>, com graves consequências para a economia do país, ao mesmo tempo em que garante recordes de lucros para os bancos.

**Eixo 4 – Exploração predatória - mineral e do grande agronegócio – voltada exclusivamente para a exportação de *commodities***<sup>21</sup>, garantindo lucros extraordinários para as grandes corporações transnacionais que atuam nesses ramos, usufruindo de benesses tributárias, creditícias e patrimoniais, ao mesmo tempo em que exploram a classe trabalhadora e deixam aqui a devastação ambiental e ecológica<sup>22</sup>. Em paralelo, registra-se, nas políticas públicas, **a baixa prioridade à agricultura de base familiar**, que tem sido essencial para a alimentação da sociedade brasileira.

A atuação articulada desses 4 eixos estruturantes provoca o resultado esperado: o PIB fica estagnado; a dívida pública explode, sem contrapartida social; o patrimônio público é rifado em questionáveis privatizações; os direitos sociais são suprimidos; a pobreza e a desigualdade social aumentam, os danos ambientais se agravam, enquanto o lucro dos bancos bate recorde e cresce a fortuna de bilionários, aprofundando cada vez mais o fosso social que os separa dos miseráveis e torna o Brasil um dos países mais desiguais do mundo<sup>23</sup>.

Desde a década de 90, quando se aprofunda o processo de financeirização mundial<sup>24</sup> iniciado anteriormente por meio de vários mecanismos, inclusive a atualização monetária automática<sup>25</sup> para o capital financeiro, a economia brasileira passou a migrar da esfera produtiva para a esfera financeira, principalmente devido à preponderância de juros elevados e demais mecanismos de política monetária operados pelo Banco Central. Tais medidas têm elevado brutalmente o endividamento público e acirrado o deslocamento da movimentação financeira do

---

<sup>18</sup> O Banco Central está suicidando o Brasil, disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/o-banco-central-esta-suicidando-o-brasil-dh5s162swds5080e0d20jsmpc/> e <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/o-banco-central-esta-suicidando-o-brasil/>

<sup>19</sup> <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/deposito-voluntario-remunerado-e-bolsa-banqueiro-sem-limite-e-sem-causa/>

<sup>20</sup> <https://monitormercantil.com.br/vale-revogar-a-chamada-lrf-para-garantir-o-overnight-aos-bancos/>

<sup>21</sup> Artigo “O Agro não é tech, o Agro não é pop e muito menos tudo”, disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>

<sup>22</sup> <https://www.cadtm.org/Terrorismo-ambiental-e-divida>

<sup>23</sup> Notícia disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml> (Acesso em 16.08.2020)

<sup>24</sup> A China é um dos países que não aderiu cegamente ao processo de financeirização mundial, optando pela prioridade no investimento em educação e tecnologia, favorecendo a industrialização em inúmeros setores econômicos, tornando-se a maior potência industrial do mundo desde 2010

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2011/03/14/internas\\_economia.242533/china-supera-eua-como-maior-potencia-industrial-do-mundo.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2011/03/14/internas_economia.242533/china-supera-eua-como-maior-potencia-industrial-do-mundo.shtml)

<sup>25</sup> A Lei 4.357/64 criou as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN – que pagariam juros mínimos de 6% ao ano, calculados sobre o valor nominal *atualizado*. Em 1967 esse artigo da lei foi modificado pelo Decreto-Lei nº 328 para “*juros máximos de 10% (dez por cento) ao ano, calculados sobre o valor nominal atualizado.*” Nascia aí, no início da Ditadura Militar, o mecanismo de gerar onerosa dívida interna mobiliária com atualização monetária automática para os ativos financeiros. Esse mecanismo perdura até os dias atuais e tem servido para transferir volumes expressivos de dinheiro ao setor financeiro.

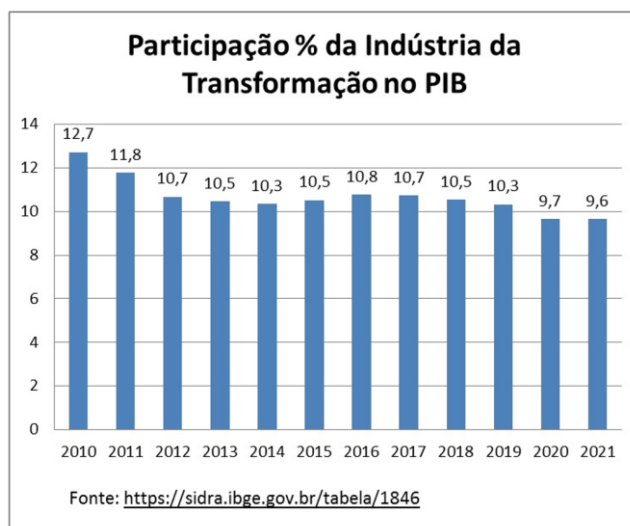
setor produtivo para a especulação, garantindo elevados lucros aos bancos ao mesmo tempo em que o país destrói empregos e sua capacidade de desenvolvimento socioeconômico, aprofundando o cenário de escassez e a desigualdade social.

A história tem demonstrado que a economia voltada para os interesses do mercado não resolve os problemas do povo, havendo a necessidade da presença do Estado para garantir os direitos sociais previstos no Art. 6º da Constituição Federal<sup>26</sup>, a realização de manutenção de investimentos estratégicos e o efetivo desenvolvimento socioeconômico<sup>27</sup>.

## II - Por que a indústria nacional está perdendo peso na economia nacional, não consegue se engatar no novo padrão da indústria mundial, e está tão difícil conseguir e manter o emprego?

Uma das áreas fundamentais para indicar o desenvolvimento econômico de um país é a indústria. Por ser um setor que demanda tecnologia avançada, gera bons empregos formais e impulsiona o comércio e os serviços com a distribuição dos produtos industrializados, possibilita grande movimento socioeconômico em sentido virtuoso.

Apesar da grande demanda interna e da capacidade produtiva já instalada, aliada às imensas possibilidades do Brasil, estamos em processo acelerado de desindustrialização. Os dados do IBGE refletidos no gráfico a seguir mostram que a participação percentual da indústria da transformação<sup>28</sup> no PIB sofreu recuo na última década<sup>29</sup>.



<sup>26</sup> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

<sup>27</sup> Que projeto de desenvolvimento é esse que rifa Eletrobras e Petrobras?

<https://www.youtube.com/watch?v=xVoTnYCurx4&t=222s>

<sup>28</sup> Indústria de transformação é que transforma matérias-primas em um produto final acabado, ou em outro produto intermediário que será utilizado na produção por outra indústria de transformação.

<sup>29</sup> Se ampliarmos a série, a queda da participação da indústria foi ainda mais acentuada, como mostram diversos estudos, por exemplo, o citado na matéria disponível em <https://www.poder360.com.br/economia/industria-brasileira-tem-menor-fatia-do-pib-em-70-anos/>. Cabe ressaltar que há pequenas divergências entre os estudos acerca da participação da indústria no PIB, pois há diferentes metodologias para se definir o que é um estabelecimento industrial (por exemplo, alguns consideram a atividade meramente extrativista da mineração como se fosse indústria).



Mas, por que isto vem acontecendo? Diversos fatores concorrem para esse processo de desindustrialização, mas um dos que mais sobressai é o elevado custo do dinheiro, devido ao altíssimo patamar dos juros de mercado praticado no país<sup>30</sup>. Juros altos<sup>31</sup> amarram a economia e dificultam o acesso<sup>32</sup> ao crédito que poderia viabilizar investimentos geradores de emprego e renda. O dinheiro que poderia fomentar a indústria e o comércio acaba sendo canalizado para as aplicações financeiras e o lucro operacional é substituído pelo lucro financeiro. O empresário industrial é induzido a se tornar rentista, na medida em que avalia o risco de investir na expansão da produção, que poderá não ser vendida, frente a um ganho sem risco oferecido pelos títulos públicos, com um dos maiores rendimentos financeiros do planeta<sup>33</sup>. O resultado é a queda na produção, no emprego e na geração de riqueza real. A esterilização de mais de R\$ 1 trilhão no Banco Central desde 2015 – nas “operações compromissadas”, que geram escassez de moeda na economia e provocam elevação dos juros de mercado<sup>34</sup> - fomenta a especulação que garante elevados lucros para bancos e impede a circulação saudável do dinheiro nos setores produtivos.

A indústria exige grande volume de investimentos em instalações, equipamentos, tecnologia, matérias primas, formação e treinamento de pessoal etc. Por isto, o crédito é fundamental e cada movimento de elevação dos juros é também um movimento de estrangulamento da indústria brasileira.

E o que acontece quando a indústria quebra? Desemprego em cadeia, pois a empresa industrial está ligada a várias outras empresas que antecedem a industrialização (fornecendo insumos, maquinário, tecnologia, instalações, formação, treinamentos etc.), e outras empresas que sucedem a industrialização, atuando na distribuição e comercialização dos produtos, além dos diversos serviços que apoiam a atividade manufatureira.

A desindustrialização gera atraso tecnológico, já que a indústria é um setor que demanda formação profissional, educação de qualidade e constantes pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novas tecnologias. A insuficiência de investimentos efetivos nas áreas de Educação e Ciência & Tecnologia, agravada pelos contínuos cortes, contingenciamentos e bloqueios de recursos tem sido mais um fator prejudicial ao avanço da indústria no Brasil, levando-nos a um retrocesso reconhecido até por órgão do próprio governo federal<sup>35</sup>. Fragilizar o papel da indústria não pode ser aceitável em um país que almeja crescer e garantir emprego digno para a população.

Com a redução relativa expressiva do setor industrial, a economia brasileira está se primarizando cada vez mais, passando a predominar as atividades ligadas ao grande agronegócio de exportação e à mineração predatória, que avançam sobre o cerrado, matas, rios e florestas; consomem grandes volumes de água bruta<sup>36</sup>, contaminam águas e solos, e ameaçam povos originários, deixando o dano ambiental por onde passam. Estamos nos tornando um país primarizado e atrasado.

---

<sup>30</sup> <https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2021/12/banco-central-dispara-juros-e-aprofunda-a-crise-fabricada/>

<sup>31</sup> <https://auditoriacidada.org.br/juros-altos-amarram-economia-e-promovem-farra-do-rentismo/> e Farra dos juros provoca até queda do dólar <https://www.youtube.com/watch?v=nvyraujxoik>

<sup>32</sup> Falta de crédito afeta 81% das micro indústrias: <https://www.youtube.com/watch?v=Dz5pFJH6tOI>

<sup>33</sup> <https://investnews.com.br/economia/ranking-de-juros-maio2022/> Brasil tem maior taxa de juros real em ranking com 40 países.

<sup>34</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/temos-dinheiro-sobrando-para-remunerar-diariamente-a-sobra-de-caixa-dos-bancos-essa-e-a-prioridade-do-pais/>

<sup>35</sup> <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/noticias/noticias/282-investimento-federal-em-c-t-retrocede-mais-de-uma-decada-aponta-estudo-do-cts>

<sup>36</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/breve-estudo-sobre-o-uso-de-agua-bruta-no-brasil/>

Esses setores primarizados – a mineração predatória e o grande agronegócio voltado exclusivamente para a exportação de *commodities* – trazem uma contribuição limitada para o conjunto da sociedade, uma vez que praticamente não pagam tributos, pois a exportação é isenta, e ainda recebem inúmeros incentivos fiscais, tributários e creditícios; geram poucos empregos e de baixa qualidade, mal remunerados e com elevadíssimo grau de exploração que em casos extremos chega a ser análoga a trabalho escravo! Além disso, os imensos lucros auferidos com a atividade de exportação de produtos primários podem permanecer no exterior, de acordo com os interesses das corporações exportadoras, e assim sequer trazem divisas para o país<sup>37</sup>.

A queda da participação da indústria na economia nacional, ocasionada principalmente pelo elevado patamar dos juros no Brasil, tem contribuído para o agravamento dos níveis de desemprego e tem sido uma das razões para o nosso atraso tecnológico. Mas o setor industrial não é o único a sofrer com a política monetária adotada pelo Banco Central, tendo em vista que todos os demais setores econômicos sofrem com as elevadas taxas de juros de mercado praticadas no Brasil.

Quando os juros são baixos e o acesso ao crédito barato é facilitado, as empresas e os pequenos empreendedores se encorajam a tomar empréstimos para investir, abrindo novos ou ampliando os negócios já existentes. Assim, geram mais produtos e serviços, abrem vagas de emprego e promovem a circulação da renda na economia, beneficiando todos os setores, inclusive o governo, que arrecada tributos em todas as operações. Este é o chamado ciclo virtuoso da economia, no qual todos os setores ganham.

Quando as taxas de juros ficam elevadas demais, ocorre o contrário: a economia fica emperrada, as empresas não expandem e muitas quebram, gerando desemprego e, com isto, quase todos perdem, instalando-se um ciclo vicioso. A exceção são os aplicadores do mercado financeiro e os bancos, que são remunerados diariamente inclusive pelo dinheiro que eles não emprestam, e, assim, batem recordes de lucros.

### III – Por que os juros são tão elevados no Brasil?

Um dos principais fatores que trava o desenvolvimento socioeconômico do Brasil é a prática de taxas de juros de mercado extremamente elevadas. Os juros elevados são, também, o principal fator responsável pelo crescimento exponencial da dívida pública, chegando os gastos com juros a superar o estoque da dívida líquida na esfera federal<sup>38</sup>.

O principal responsável pelos juros altos é o Banco Central, que tem praticado uma política monetária ortodoxa<sup>39</sup>, que funciona como uma correia de transmissão de recursos públicos para bancos, prejudicando as contas públicas e toda a sociedade brasileira, amarrando a economia, aumentando o desemprego e o desespero da população.

Mas será que há alguma justificativa técnica sustentável para explicar as elevadíssimas taxas de juros praticadas no Brasil?

---

<sup>37</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/agronegocio-e-a-divida-publica/>

<sup>38</sup> <https://www.holofotenoticias.com.br/economia/miseria-explode-no-pais-mas-bolsonaro-sobe-juros-para-engordar-riqueza-de-bilionarios>

<sup>39</sup> O Banco Central está suicidando o Brasil, disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/artigos/o-banco-central-esta-suicidando-o-brasil-dh5s162swds5080e0d20jsmpc/> e <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-banco-central-esta-suicidando-o-brasil/>



O Banco Central passou a aumentar a taxa básica de juros (Selic) desde março/2021, sob a **justificativa de “conter a inflação”**, conforme afirmou em diversas ocasiões o Presidente do Banco Central, inclusive em evento institucional do Congresso Nacional<sup>40</sup>. Mas os dados do IBGE comprovam que a inflação existente no Brasil decorre principalmente da elevação de custos e de preços administrados pelo próprio governo e de alimentos, e, evidentemente, tais preços não se reduzem quando o Banco Central eleva os juros.

A taxa Selic afeta diretamente os juros pagos pelo governo aos bancos e aplicadores do mercado financeiro, detentores dos títulos da dívida pública. Conforme o próprio Banco Central publicou<sup>41</sup>, **cada aumento de 1% da Selic gera R\$ 34,9 bilhões de gastos com juros anuais da dívida líquida do setor público!** Esse dinheiro vem do orçamento público e, com isto, as políticas de saúde, educação, segurança etc. ficam prejudicadas pela falta de recursos e as necessidades sociais mais urgentes não são atendidas.

Considerando que de março/2021 a junho/2022 o Banco Central já subiu a Selic em mais de 11% (de 2% para 13,25%), e ainda pode aumentar mais nos próximos meses, verifica-se que essa alta da Selic corresponde a uma transferência de recursos públicos **que chega a quase R\$ 400 bilhões** por ano! É dinheiro dos tributos pagos por todos os cidadãos e que, pelo mecanismo da dívida pública, é transferido para o mercado financeiro. O dano decorrente da alta da Selic pelo Banco Central, no período citado, corresponde a cerca de 8 vezes o que o governo federal pretende arrecadar com a privatização da Eletrobras.

Adicionalmente, ao elevar a Selic, todas as demais taxas de juros praticadas no país - sobre títulos públicos, empréstimos em geral, operações de crédito bancário, cheque especial, cartão de crédito etc. - também se elevam, tornando caríssimo o custo do dinheiro, o que vem impedindo a sua circulação saudável na geração de emprego e renda, prejudicando todos os setores produtivos que necessitam de acesso a crédito, em especial as pequenas e médias empresas.

Obviamente, a elevação da taxa básica de juros Selic pelo Banco Central tem sido inócua para controlar a inflação que existe no país, que segue aumentando, pois decorre de outros fatores, tais como a elevação de preços administrados (principalmente combustíveis, elevação que ocorre devido à política de Preço de Paridade de Importação - PPI - adotada pela Petrobras desde 2016, calculando o preço de forma fictícia e extremamente onerosa, totalmente dissociada de seu custo de produção, como se estivessemos importando todos os combustíveis consumidos no país, quando na realidade cerca de 94% é produzido aqui<sup>42</sup>) e dos preços dos alimentos (devido a políticas agrícola e agrária que privilegiam o grande agronegócio de exportação em detrimento da segurança alimentar do povo brasileiro).

Além de elevar a Selic, o Banco Central tem operado outros mecanismos prejudiciais ao crescimento da economia brasileira, em especial a remuneração diária aos bancos por meio das chamadas “operações compromissadas” e dos “depósitos voluntários remunerados”.

Os citados mecanismos de remuneração da sobra de caixa dos bancos envolvem aspectos de ilegalidade e falta de motivação justificável<sup>43</sup>; oneram pesadamente os cofres públicos, geram dívida pública e, juntamente com os elevados juros, foram a principal causa da crise desenvolvida a partir de 2014<sup>44</sup>. Ademais, tais mecanismos esterilizam grande volume de moeda, chegando a

<sup>40</sup> <https://www.camara.leg.br/noticias/881777-presidente-do-banco-central-defende-alta-de-juros-para-controlar-a-inflacao/>

<sup>41</sup> [https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist\\_estatisticasfiscais/202202\\_Texto\\_de\\_estatisticas\\_fiscais.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202202_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf)

<sup>42</sup> <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/7574-petroleo-nacional-entra-com-94-no-refino-mas-ppi-nao-leva-em-conta>

<sup>43</sup> <https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2020/10/temos-dinheiro-sobrando-para-doar-aos-bancos/>

<sup>44</sup> <https://auditoriadada.org.br/conteudo/crise-fabricada-expande-o-poder-do-mercado-financeiro-e-suprime-direitos-sociais/>

atingir R\$ 1,6 trilhão em agosto/2020<sup>45</sup> (montante superior a 22% do PIB, algo sem paralelo no mundo), impedindo a sua circulação na economia brasileira, provocando a elevação das taxas de juros de mercado, dificultando o acesso ao crédito e impedindo a geração de emprego e renda!

As justificativas usadas pelo Banco Central de que seria necessário remunerar a sobra de caixa dos bancos por meio desses mecanismos não se sustentam, pois a esterilização, no Banco Central, de mais de R\$ 1 trilhão, desde 2016, não tem se prestado a controlar inflação<sup>46</sup>, juros<sup>47</sup> ou liquidez<sup>48</sup>.

Enquanto a taxa básica Selic já atinge 13,25% ao ano, os juros incidentes sobre cheque especial superam 120% ao ano e no caso do cartão de crédito estão acima de 250% ao ano, embora algumas bandeiras cobrem mais de 1.000% ao ano, pois não há limite para os juros no Brasil.

Vários argumentos sem fundamentação técnica sustentável têm sido ditos para justificar os elevados juros de mercado praticados no Brasil, em especial a alegação de que brasileiros não fazem poupança. Na realidade, temos atualmente mais de R\$ 1 trilhão nos bancos, disponíveis para empréstimos! O problema é que os bancos preferem depositar essa sobra de caixa no Banco Central e receber a remuneração diária garantida, em vez de correr risco e emprestar à sociedade, o que só aceitam fazer a juros extorsivos!

Em resumo, em uma conjuntura em que o mundo desenvolvido tem praticado juros negativos<sup>49</sup>, exatamente para estimular a economia, as elevadíssimas taxas de juros praticadas no Brasil<sup>50</sup>, aliadas aos mecanismos de remuneração da sobra de caixa dos bancos, têm paralisado a economia brasileira, condenando o país e a sociedade<sup>51</sup> a condições de endividamento completamente insustentáveis.

O único beneficiário dessa política monetária que pratica juros extorsivos, esteriliza mais de R\$ 1 trilhão há anos e paga juros sobre este montante aos bancos, é o setor financeiro privado nacional e internacional, o qual bate sucessivos recordes de lucro no país, graças ao Banco Central. Quatro bancos brasileiros<sup>52</sup> estão entre os dez bancos mais lucrativos do planeta, enquanto mais da metade da população<sup>53</sup> se encontra em insegurança alimentar e o PIB fica estagnado:

---

<sup>45</sup> <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/09/4878960-operacoes-no-overnight-saltam-para-rs-16-trilhao-em-agosto.html>

<sup>46</sup> <https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2021/12/banco-central-dispara-juros-e-aprofunda-a-criese-fabricada/>

<sup>47</sup> Até o Tesouro Nacional reconhece que o Brasil é um “outlier” (isto é, um país totalmente discrepante) na curva dos juros - <https://painelgfs.tesouro.gov.br>

<sup>48</sup> O próprio Banco Central injetou trilhões de liquidez nos bancos, no início da pandemia, conforme texto completo disponível em [https://www.bcb.gov.br/content/acesoinformacao/covid19\\_docs/Evolucao\\_Recente\\_do\\_Credito.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/acesoinformacao/covid19_docs/Evolucao_Recente_do_Credito.pdf) Qual a lógica de o Banco Central injetar liquidez nos bancos e, em seguida, retirar essa liquidez por meio de mecanismos de remuneração da sobra de caixa dos bancos (“operações compromissadas” e “depósitos voluntários remunerados”)?

<sup>49</sup> Nos EUA, por exemplo, os juros seguem fortemente negativos, apesar de terem sido elevados em 15/06/2022 para o intervalo de 1,5% a 1,75% ao ano, quando a inflação é de 8,6% em 12 meses, com tendência de alta.

<sup>50</sup> <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/04/brasil-retoma-lideranca-do-ranking-mundial-de-juros-reais.ghtml> Brasil retoma liderança do ranking mundial de juros reais. Acesso em 9/6/2022.











<sup>51</sup> <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2022/03/03/endividamento-atinge-maior-patamar-em-12-anos-e-afeta-76-das-familias-no-brasil.html>

<sup>52</sup> <https://www.biznews.com.br/4-dos-10-bancos-mais-rentaveis-do-mundo-sao-brasileiros/>

<sup>53</sup> <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/05/amp/5010543-risco-de-fome-ameaca-36-das-familias-brasileiras-chegando-a-patamar-recorde.html>

## Bancos mais rentáveis do mundo

Ranking de rentabilidade sobre patrimônio (ROE) de instituições com mais de US\$ 100 bilhões em ativos

Banco	País	Ativos, em US\$ bilhões *	ROE, em %
1º Capital One	 EUA	432,4	20,4
2º Ally Financial	 EUA	182,1	19,3
3º Santander	 Brasil	172,6	18,9
4º Royal Bank of Canada	 Canadá	1.379,9	17,3
5º Itaú Unibanco	 Brasil	388,1	17,3
6º JP Morgan	 EUA	3.743,6	16,9
7º Banco do Brasil	 Brasil	346,3	15,7
8º Bradesco	 Brasil	296,3	15,2
9º Bank of Nova Scotia	 Canadá	980,7	15,1
10º SVB Financial Group	 EUA	211,5	15

\*Conforme balanço de dezembro de 2021 | Fonte: Economática

Fonte: <https://www.biznews.com.br/4-dos-10-bancos-mais-rentaveis-do-mundo-sao-brasileiros/>

O elevadíssimo custo da política monetária praticada pelo Banco Central (BC) recai sobre o Tesouro Nacional, que além de lhe doar<sup>54</sup> títulos da dívida pública, ainda paga juros sobre esses títulos doados<sup>55</sup> ao Banco Central.

Apesar de o Banco Central ter se tornado “independente” devido à aprovação da Lei Complementar nº 179/2021<sup>56</sup>, com autonomia para comandar a moeda, os juros, o câmbio, as reservas internacionais e toda a política monetária do país, na prática o órgão é fortemente dependente de recursos públicos: além de receber títulos públicos graciosamente e juros sobre esses títulos, todo o prejuízo do Banco Central é repassado ao Tesouro Nacional (e tem sido em grande parte financiado por dívida pública)<sup>57</sup>. Em 2016, por exemplo, esse prejuízo transferido pelo Banco Central aos cofres públicos foi de R\$ 250 bilhões<sup>58</sup>!

Não há limite para o custo da política monetária praticada pelo Banco Central, que foi a principal causa da crise que se instaurou<sup>59</sup> a partir de 2014, com reflexos danosos para todos os entes federados. Esse dano tende a se agravar diante da aprovação da Emenda Constitucional nº

<sup>54</sup> Desde 2008, conforme artigo 2º da Medida Provisória nº 435/2008, o Tesouro Nacional passou a emitir títulos para entregá-los ao Banco Central sem contrapartida financeira. Posteriormente, este dispositivo foi contemplado de outra forma na Lei 13.820/2019, que manteve o mesmo mecanismo.

<sup>55</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/tesouro-gastou-quase-r-3-trilhoes-com-o-banco-central/>

<sup>56</sup> Esta Lei chegou a ser questionada junto ao Supremo por meio da ADI 6696, que recebeu voto favorável do Relator, Ministro Ricardo Levandowski, pela sua inconstitucionalidade, sendo que voto do Ministro Barroso que trouxe interpretação equivocada do Art. 48 da Constituição Federal acabou prevalecendo.

<sup>57</sup> Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 7º.

<sup>58</sup> Fonte: [https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas\\_especiais/OpcambBCBp.xlsx](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/OpcambBCBp.xlsx) - Coluna "Resultado do BCB"

<sup>59</sup> Crise fabricada expande o poder do mercado e suprime direitos sociais - <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/crise-fabricada-expande-o-poder-do-mercado-financieiro-e-suprime-direitos-sociais/>

106<sup>60</sup>, dos riscos contidos no projeto de autonomia do Banco Central<sup>61</sup>, além do agravamento do arrocho fiscal devido à Emenda Constitucional nº 109<sup>62</sup>, que colocou o ajuste fiscal no texto da Constituição, para privilegiar ainda mais a chamada dívida pública nunca auditada.

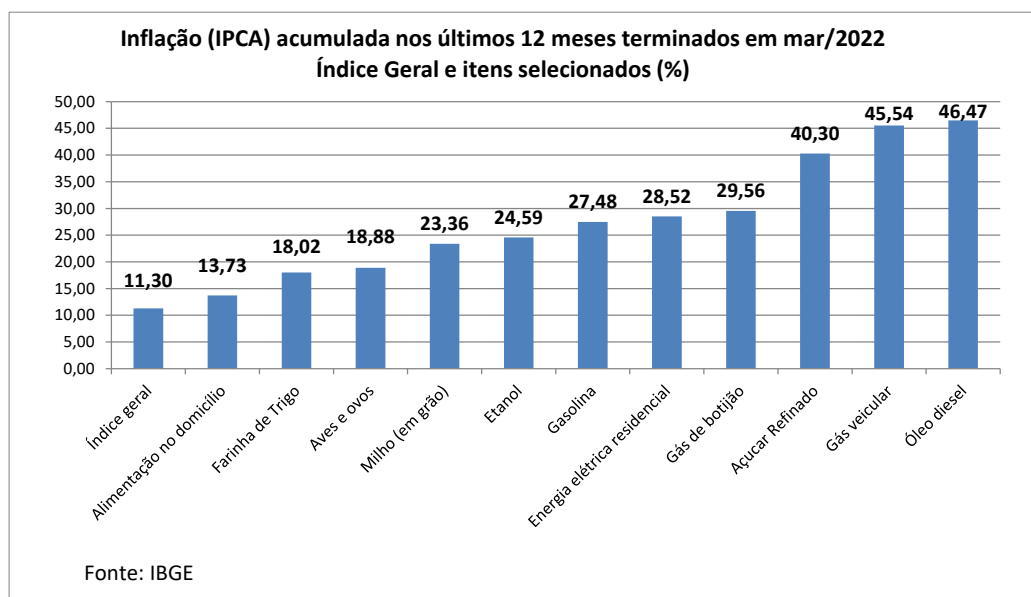
Enquanto isso, a vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras se encontra sob franca ameaça: longos períodos de desemprego, informalidade, subemprego, desalento, tendo que recorrer às políticas compensatórias do governo, como o programa bolsa família, “Auxílio-Brasil”, auxílio emergencial etc., programas sabidamente insuficientes para resolver a questão da pobreza no Brasil.

Essa política monetária sequer tem cumprido o Art. 192 da Constituição Federal<sup>63</sup>, pois impede o desenvolvimento equilibrado do país e não atende aos interesses da coletividade.

#### IV - Por que a inflação está tão alta e não cede, apesar dos juros elevadíssimos?

Como vínhamos comentando anteriormente, a política agrícola e agrária praticadas no país - que privilegia os investimentos no grande agronegócio voltado exclusivamente para a exportação de *commodities*, ao invés de garantir a soberania alimentar do povo brasileiro - assim como a política de Preços de Paridade de Importação adotada pela Petrobras têm provocado aumento de preços e impactado no índice de inflação.

De fato, segundo dados divulgados pelo IBGE até março/2022, a inflação no Brasil tem sido provocada principalmente pelo aumento dos preços administrados pelo governo<sup>64</sup>, tais como combustíveis e tarifas de energia elétrica por exemplo, além dos alimentos, conforme gráfico:



<sup>60</sup> Mais detalhes em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/por-que-gastar-trilhoes-para-comprar-papel-podre-analise-da-circular-4-028-do-banco-central-por-maria-lucia-fattorelli/>

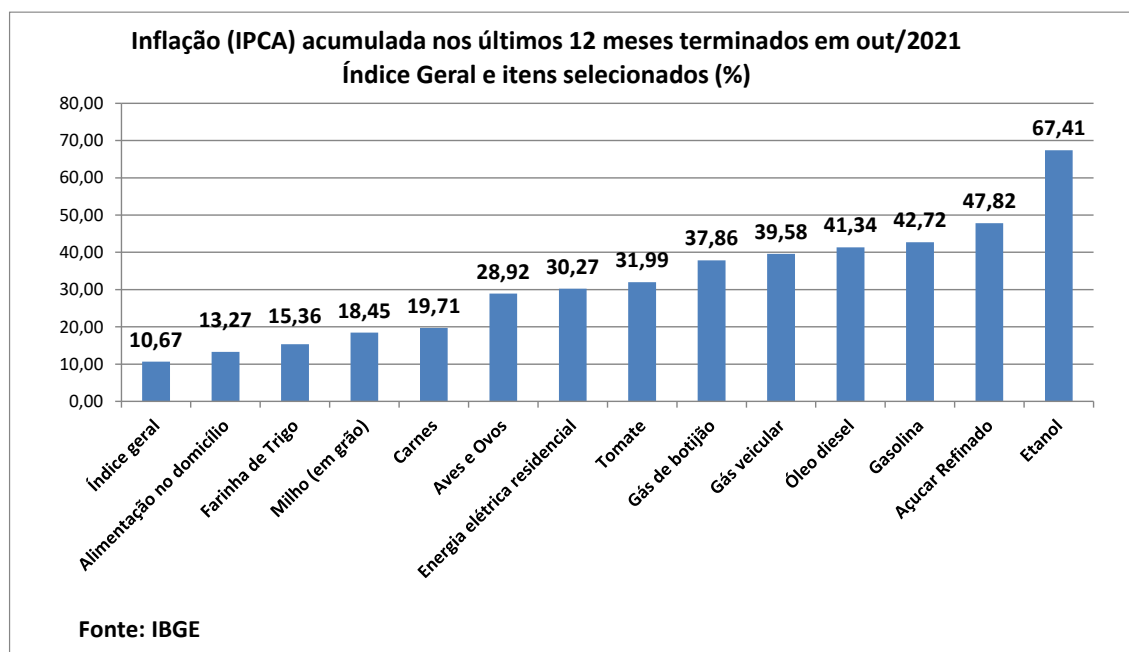
<sup>61</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/plp-19-2019-da-cheque-em-branco-para-banqueiros-por-maria-lucia-fattorelli/>

<sup>62</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/extra-classe-pec-186-concede-privilegios-ao-mercado-e-esmolos-para-o-povo-por-maria-lucia-fattorelli/>

<sup>63</sup> O Art. 192 da Constituição diz que o sistema financeiro nacional deve ser estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem.

<sup>64</sup> Dados da AEPET (<https://www.aepet.org.br> ; <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/7536-cinco-falacias-sobre-o-preco-paritario-de-importacao-ppi-praticado-pela-direcao-da-petrobras> ) provam que o Brasil pode produzir todos os combustíveis consumidos internamente, razão pela qual não há que se falar que a inflação decorre da conjuntura internacional.

Se tomarmos os dados acumulados anteriormente, até outubro/2021, verificamos que o impacto dos preços administrados pelo governo - combustíveis, alimentos e energia elétrica - vinha sendo ainda mais relevante, conforme mostra o gráfico:



A elevação dos preços administrados decorre de decisão do próprio governo, que deixa de exercer o controle adequado e não faz os necessários investimentos, tendo em vista que o BNDES tem priorizado privatizações e não o nosso desenvolvimento socioeconômico, como deveria.

Nesse contexto de inflação provocada principalmente por aumento de preços administrados pelo governo, o Banco Central passou a elevar a taxa básica de juros (Selic) sob a justificativa de “controlar inflação”.

Até mesmo o **Prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz** tem declarado publicamente, em relação aos Estados Unidos, que **“matar a economia por meio da alta de juros não vai resolver a inflação”**<sup>65</sup>. Cabe ressaltar que nos Estados Unidos, enquanto o país enfrenta uma inflação de 8,6% nos últimos 12 meses, e em projeção de alta, o Banco Central norte-americano (FED) acabou de elevar a taxa de juros para o intervalo entre 1,5% e 1,75% ao ano<sup>66</sup>. Isso mostra que a taxa de juros naquele país, apesar dessa recente elevação, segue fortemente negativa, longe de cobrir a inflação.

Contrariamente, no Brasil, o Banco Central coloca a taxa básica de juros Selic bem acima da inflação, no patamar de 13,25% ao ano, sendo que a inflação que existe no Brasil, provocada por elevação de preços administrados e de alimentos, não se reprime diante da alta dos juros.

A elevação de juros para conter inflação só teria algum sentido em um cenário de demanda super-aquecida capaz de pressionar elevação de preços. Não existe tal cenário no Brasil, pelo contrário: o desemprego atinge 11,9 milhões de pessoas, mas ainda temos 4,6 milhões de

<sup>65</sup> Fonte: O Globo - <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/05/alta-de-juros-nos-eua-vai-matar-a-economia-sem-resolver-a-inflacao-afirma-stiglitz.ghtml>

<sup>66</sup> <https://www.infomoney.com.br/mercados/federal-reserve-eleva-taxa-de-juros-em-075-ponto-decisao-junho-2022/>

desalentados, e 37,8 milhões de pessoas em atividades informais<sup>67</sup>, ou seja, as pessoas não têm dinheiro para consumir, pois estão desocupadas ou subocupadas! Os poucos que ainda mantêm seus empregos têm sofrido com a queda na renda devido à alta da inflação.

Portanto, nesse contexto de inflação provocada pela alta dos preços de combustíveis, alimentos e preços administrados, o fato de o Banco Central elevar a taxa de juros Selic para patamares elevadíssimos não tem efeito algum no controle inflacionário!

Ademais, a alta dos juros acaba provocando elevação de preços porque todas as empresas incorporam os custos financeiros ao preço de seus produtos.

Dessa forma, a inflação não cede porque não estão sendo enfrentadas as verdadeiras causas da inflação que existe no Brasil, e aumentar os juros não serve para conter a alta dos preços dos combustíveis, alimentos e preços administrados, que decorrem de outros fatores que não são afetados pela alta dos juros.

## **V – Por que se temos petróleo e a gigante Petrobras, o gás de cozinha custa tão caro, assim como demais combustíveis?**

Os combustíveis (gás de cozinha, gasolina, diesel etc.) atingem preços elevadíssimos no Brasil devido à injustificada política de Preço de Paridade à Importação (PPI) que vem sendo adotada pela Petrobras desde o governo Temer, pela qual calcula-se o preço dos combustíveis de forma distante da realidade, como se importássemos todo o petróleo consumido aqui, conforme importantes explicações da Associação dos Engenheiros da Petrobras – AEPET - em diversos artigos<sup>68</sup>.

Tal forma de calcular os preços dos combustíveis deixa de lado o cômputo dos custos reais da Petrobras e toma como referência o preço de importação, que inclui todos os custos incorridos por uma fabricante estrangeira na extração do petróleo e demais custos envolvidos nas atividades de refino e produção dos combustíveis, acrescido de seu lucro e dos custos de transporte internacional, tarifas de importação, impacto do câmbio etc. Essa metodologia só se presta a beneficiar as empresas estrangeiras que trazem seu combustível de fora para vender aqui, além de privilegiar os próprios acionistas da Petrobras, inclusive estrangeiros, que receberam mais de R\$ 100 bilhões de lucros distribuídos, no ano de 2021<sup>69</sup>, enquanto a população é sacrificada pela alta dos combustíveis.

Todos os lucros que a Petrobras distribui ao governo federal, assim como o lucro de todas as demais empresas estatais, são destinados para o pagamento de gastos federais com a dívida pública<sup>70</sup>, o que evidencia a articulação dos eixos do modelo econômico. No ano passado, essa “dívida pública” também consumiu R\$ 41 bilhões dos royalties do petróleo, ou seja: quando

---

<sup>67</sup> Fonte: IBGE - PNAD Contínua – 1º Trimestre de 2022 – Disponível em [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Quadro\\_Sintetico/2022/pnadc\\_202201\\_trimestre\\_quadroSintetico.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2022/pnadc_202201_trimestre_quadroSintetico.pdf) – Págs. 1 e 2. Os “informais” incluem os trabalhadores sem carteira e os “Conta Própria” sem CNPJ.

<sup>68</sup> Por exemplo “*Cinco falácias sobre o preço paritário de importação PPI praticado pela Petrobras*” e “*Petróleo nacional entra com 94% no refino, mas PPI não leva em conta*”, disponíveis em <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/7536-cinco-falacias-sobre-o-preco-paritario-de-importacao-ppi-praticado-pela-direcao-da-petrobras> e <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/7574-petroleo-nacional-entra-com-94-no-refino-mas-ppi-nao-leva-em-conta>

<sup>69</sup> <https://www.istoedinheiro.com.br/petrobras-investiu-em-2021-menos-da-metade-do-que-pagou-em-dividendos-diz-fup/>

<sup>70</sup> Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.



colocamos gasolina no carro ou compramos passagens de ônibus, estamos pagando essa “dívida pública” que em nada tem servido para o financiamento dos investimentos sociais<sup>71</sup>.

O Brasil possui capacidade para produzir e refinar quase a totalidade dos combustíveis, como vem sendo fartamente comprovado pela Associação de Engenheiros da Petrobras<sup>72</sup>.

Em 2021 o consumo brasileiro de Gasolina “C” (com 27% de etanol anidro) foi de 247,2 milhões de barris, e em 2014 foram produzidos no Brasil o equivalente a 248,8 milhões de barris de Gasolina “C”. Ou seja, podemos ser autossuficientes em gasolina.

No caso do Diesel, em 2021 o consumo brasileiro foi de 343,4 milhões de barris, enquanto em 2014 foram produzidos 312,4 milhões de barris de diesel. Porém, a expansão da RNEST (refinaria de Pernambuco), que entrou em operação em dezembro de 2014, permitiu a produção de mais 27,4 milhões de barris de Diesel por ano. Adicionalmente, o “2º trem” da RNEST - que pode dobrar sua produção do diesel e demais combustíveis - está em fase avançada de construção e pode ser concluído em prazo relativamente curto, mas sua implantação foi interrompida por decisão da direção da Petrobrás.

Portanto, existe capacidade instalada para se produzir no Brasil toda a quantidade demandada de combustíveis, mas pagamos o preço equivalente à importação, como se todo o petróleo estivesse sendo extraído e beneficiado no exterior, com os custos em dólar e lucro das empresas estrangeiras, adicionado de todas as despesas de frete, tarifas de importação e demais custos, o que é algo absurdo, sem lógica alguma, a não ser beneficiar empresas estrangeiras e acionistas da Petrobras, enquanto penaliza gravemente toda a população brasileira.

A recente aprovação do PL 18/2022 no Congresso Nacional, que limita a incidência de ICMS sobre combustíveis, não enfrenta a fonte do problema, que está no Preço de Paridade de Importação aplicado pela Petrobras. Assim, referido projeto não resolverá o problema e ainda irá reduzir as receitas orçamentárias dos estados e municípios.

Adicionalmente, o abusivo aumento dos preços de combustíveis em decorrência dessa política de preços adotada pela Petrobras tem sido um dos principais fatores que impactam no índice de inflação, prejudicando duplamente a população que paga caro pelos combustíveis e por todos os demais produtos que tem seus preços aumentados pelo custo do frete e insumos derivados de petróleo. O dano social é ainda turbinado quando o Banco Central toma essa inflação fabricada pela elevação fictícia dos preços de combustíveis e a utiliza como justificativa para elevar os juros, travando toda a economia e impedindo a geração de empregos.

## **VI - Por que uma das maiores potências econômicas do mundo tem metade da população em insegurança alimentar?**

Enquanto o grande agronegócio voltado exclusivamente para a exportação comemora recordes de faturamento<sup>73</sup>, de safras e de exportação de *commodities*<sup>74</sup>, como carnes, grãos etc.,

---

<sup>71</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-mentira-do-deficit-orcamentario-por-rodrigo-avila/>

<sup>72</sup> AEPET – [www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br) (inúmeros artigos) e entrevistas, por exemplo a disponível em <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/5933-refino-e-importacao-de-combustiveis-sob-investigacao> e o artigo disponível em <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/7536-cinco-falacias-sobre-o-preco-paritario-de-importacao-ppi-praticado-pela-direcao-da-petrobras>

<sup>73</sup> <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/02/18/faturamento-do-agro-pode-chegar-a-recorde-de-r-1142-trilhao-em-2021-diz-associacao-do-setor.ghtml>

<sup>74</sup> *Commodity* é um termo que corresponde a produtos básicos globais não industrializados, ou seja, matérias-primas que não se diferem independente de quem as produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura

mais da metade da população brasileira se encontra em situação de insegurança alimentar<sup>75</sup>. Com o desemprego, queda na renda, e alta acentuada dos preços de alimentos, dezenas de milhões de pessoas passam fome, chegando a haver disputas por ossos e restos de lixo de supermercado para sobreviver.

Esse paradoxo mostra claramente que a opção pelo predomínio do grande agronegócio voltado exclusivamente para a exportação de *commodities* e o abandono de políticas voltadas ao pequeno agricultor e à agricultura familiar afeta diretamente a alimentação do povo brasileiro, que passa fome<sup>76</sup>. A alimentação do povo brasileiro não pode ser tratada como um mero negócio<sup>77</sup>!

O que de fato alimenta a população é principalmente a produção de alimentos pela pequena agricultura familiar, que ocupa a menor parte das terras, recebe a menor parte dos financiamentos estatais, e tem recebido pouca ou nenhuma atenção dos sucessivos governos, enquanto as grandes corporações que exploram o grande agronegócio voltado exclusivamente para a exportação de *commodities* recebem quase toda a verba pública destinada à área da Agricultura, além de subsídios tributários e creditícios, com acesso a empréstimos subsidiados, investimentos em infraestrutura, uso indiscriminado de água bruta etc.

Enquanto analistas conservadores dizem que não haveria alternativa diante do aumento dos preços de alimentos no mercado internacional, devido à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, entre outros fatores, na realidade o problema está nas políticas agrária e agrícola do governo, que nos últimos anos desmontou as políticas de armazenamento de estoques reguladores de alimentos e se recusa a tributar as exportações, o que seria uma medida básica a ser tomada para redirecionar parte da produção para o mercado interno. A falta de uma Reforma Agrária no país consolida este modelo, ao manter a agricultura familiar com a menor fatia das terras.

A atual dependência do Brasil na área de fertilizantes, por exemplo, decorre de opção do governo brasileiro pelo desmonte da estrutura que possuíamos, privatizando ou sucateando diversas fábricas de fertilizantes pertencentes à Petrobras<sup>78</sup>.

As definições de política agrícola e agrária que optam pelo predomínio do grande agronegócio voltado para exportação de *commodities* comprometem a soberania alimentar do povo brasileiro e acarretam uma série de consequências ligadas à devastação territorial, contaminação do solo e dos rios devido ao uso exacerbado de venenos, além de provocar inflação, tendo em vista que a exportação ainda usufrui da isenção de impostos (ICMS, Imposto de Exportação e outros), em dólares, o que acaba acarretando a elevação dos preços internos desses produtos. O mercado de *commodities* agrícolas não prioriza o atendimento da segurança alimentar dos povos, mas principalmente o lucro de um pequeno grupo de empresas<sup>79</sup>.

---

internacional <https://pt.wikipedia.org/wiki/Commodity>. No caso de *commodities* agrícolas, o preço internacional tem sido determinado principalmente pela Bolsa de Chicago, enquanto o preço das *commodities* minerais tem sido determinado principalmente pela Bolsa de Metais em Londres. Esse modelo de estabelecimento de preços internacionais em bolsa pode levar a movimentos especulativos em decorrência da dominância de grandes *trading companies* e investidores internacionais que concentram grande poder nesse mercado. <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/26/fome-no-mundo-aumenta-devido-a-especulacao-financeira-entenda-como>

<sup>75</sup> <https://exame.com/brasil/pela-1a-vez-em-17-anos-mais-de-50-nao-tem-seguranca-alimentar-no-brasil/>

<sup>76</sup> Estudo comprova que o “risco de fome ameaça 36% das famílias brasileiras, chegando a patamar recorde”. Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/05/5010543-risco-de-fome-ameaca-36-das-familias-brasileiras-chegando-a-patamar-recorde.html>

<sup>77</sup> Importante estudo acadêmico mostra que o “*Agro não é pop, o agro não é tech, e muito menos tudo*”, disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Ver também

<https://auditoriadada.org.br/conteudo/agronegocio-e-a-divida-publica/>

<sup>78</sup> <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/7067-saida-da-petrobras-da-area-de-fertilizantes-coloca-soberania-alimentar-do-pais-em-risco>

<sup>79</sup> Ver “*Commodities e a evolução dos preços*”, artigo do Professor Gustavo Inácio de Moraes disponível em <https://auditoriadada.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Commodities-e-a-evolucao-dos-precos.pdf>

Os recordes de safras e de exportações anunciados na grande mídia traduzem o sucesso de lucros dos grandes latifundiários do agronegócio e empresas de comércio internacional (as *trading companies*), mas o nosso povo passa fome, no país da abundância!

## **VII - Por que a depredação ambiental prossegue de forma alarmante com a mineração irresponsável e o grande agronegócio voltado exclusivamente para a exportação de commodities, na contramão da necessária garantia de vida no planeta?**

O Papa Francisco tem se manifestado, em inúmeras ocasiões, sobre a necessidade de respeito à Natureza, a *casa comum que nos acolhe*<sup>80</sup>: “É claro, podemos e devemos trabalhar a terra para viver e nos desenvolver. Mas o trabalho não é sinônimo de exploração e vem sempre acompanhado **do** cuidado: arar e proteger, trabalhar e cuidar... Essa é a nossa missão (cf. Gn 2,15). Não podemos esperar continuar crescendo em nível material, sem cuidarmos da casa comum que nos acolhe. Os nossos irmãos mais pobres e a nossa mãe terra gemem pelos danos e injustiças que provocamos e exigem outra rota. Exigem de nós uma conversão, uma mudança de rumo: cuidar também da terra, da criação.”

A exacerbação das atividades de mineração e do agronegócio de exportação têm levado à primarização da economia brasileira, tendo em vista a prioridade do governo para a exportação de nossas riquezas, com irreparáveis danos à economia e ao ambiente.

A isenção tributária para as exportações de produtos primários e semielaborados aliada à elevação do preço das *commodities* (agrícolas e minerais), tornam ainda mais rentável a exploração dos nossos recursos naturais, sem preocupação alguma com a destruição da Natureza, inclusive a mortandade de importantes rios e demais seres vivos, conforme vimos nas tragédias de Mariana e Brumadinho em Minas Gerais, por exemplo, que comprometeram de forma definitiva os rios Doce e Paraopeba, entre inúmeros outros casos.

O grande agronegócio tem proporcionado lucros crescentes a grandes corporações transnacionais, ao mesmo tempo em que aumenta a devastação de terras, na contramão da necessidade de preservação ambiental, mostrando a falsidade das propagandas que povoam a grande mídia<sup>81</sup>. A mineração, que tem matado centenas de pessoas e até importantes rios, provocando danos ambientais devastadores e irreversíveis em nosso país, é outro setor que tem batido recordes de lucros<sup>82</sup>. Só a Vale – privatizada por Fernando Henrique Cardoso por R\$3,1 bilhões – teve, em 2021, lucro superior a R\$ 121 bilhões<sup>83</sup>!

Este modelo também alimenta o Sistema da Dívida, pois os recursos advindos das exportações servem para garantir as divisas em moeda estrangeira para o pagamento de juros da dívida “externa” e “interna”, devido ao livre fluxo de capitais financeiros internacionais. Qualquer investidor estrangeiro ou brasileiro, de qualquer parte do mundo, pode trazer seus dólares (ou outra moeda estrangeira) para o Brasil, trocá-los por reais, ganhar com os juros da dívida “interna”, converter tais ganhos novamente em dólares e remetê-los para o exterior, sendo que os estrangeiros ainda contam com isenção de Imposto de Renda nessas operações.

---

<sup>80</sup> <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/602927-cuidado-da-casa-comum-e-atitude-contemplativa>

<sup>81</sup> <https://auditoriacidadada.org.br/video/live-agro-pop-e-juros-altos-para-conter-a-inflacao-de-alimentos-qual-a-maior-mentira/>

<sup>82</sup> <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/fevereiro/faturamento-do-setor-de-mineracao-no-brasil-tem-alta-de-36-em-2020>

<sup>83</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/business/lucro-da-vale-atinge-r-1212-bilhoes-em-2021-alta-de-353-ante-2020/>

A análise dos orçamentos públicos de todas as esferas – federal, estadual e municipal – mostrou que a participação do agronegócio<sup>84</sup> e da mineração no financiamento do Estado é negativa, devido às inúmeras isenções e subsídios, incentivos fiscais etc. de tal maneira que os tributos arrecadados do setor são próximos de zero.

Apesar das atividades de agronegócio e de indústrias extrativas minerais representarem, em 2020, participação, respectivamente, de 5,91% e 2,49% do PIB, as receitas diretas dessas atividades nos orçamentos públicos são praticamente nulas: em 2020, as Receitas Agropecuárias e Industriais representaram, respectivamente, apenas 0,00060% e 0,04379% das receitas líquidas em âmbito federal. Nos Estados, 0,00499% e 0,10713% das receitas líquidas estaduais. Nos Municípios, 0,00128% e 0,00142% das receitas líquidas municipais.

As receitas de exploração de recursos naturais (minerais, água, florestais e outros) aparecem também de forma irrisória nos orçamentos públicos. Em âmbito federal, somaram, em 2019, apenas 0,25432% das receitas líquidas. Nos Estados e Municípios, 0,02322% e 0,08884%, respectivamente.

Além de representar recursos escassos aos cofres públicos, o imenso dano ambiental e ecológico dessas atividades tem se mostrado crescente ao longo do tempo, com tragédias cada vez mais impactantes para a sociedade e o ambiente, o que exige a urgente erradicação desse modelo exploratório irresponsável, e a sua substituição por outro que utilize práticas de economia solidária e uso respeitoso para com a Natureza.

## **VII - Afinal, quem financia o Estado e quem mais se beneficia do gasto público se os direitos sociais da maioria não são atendidos?**

A análise do fluxo de recursos na esfera pública identificou quem financia o Estado e quem se beneficia do gasto público<sup>85</sup>.

### **Quem financia o Estado?**

Atualmente, ocorre uma distorção no financiamento do Estado: os orçamentos públicos são alimentados principalmente por tributos que incidem sobre o consumo (46,39%), que pesam mais sobre os mais pobres. Em seguida, temos os tributos que pesam sobre a classe trabalhadora (27,34%). Os tributos sobre a renda (21,62%) incluem tanto a renda de pessoas físicas como das empresas. Os impostos sobre o patrimônio (propriedades rurais, latifúndios, imóveis urbanos, veículos) contribuem com apenas 4,64% da arrecadação total.

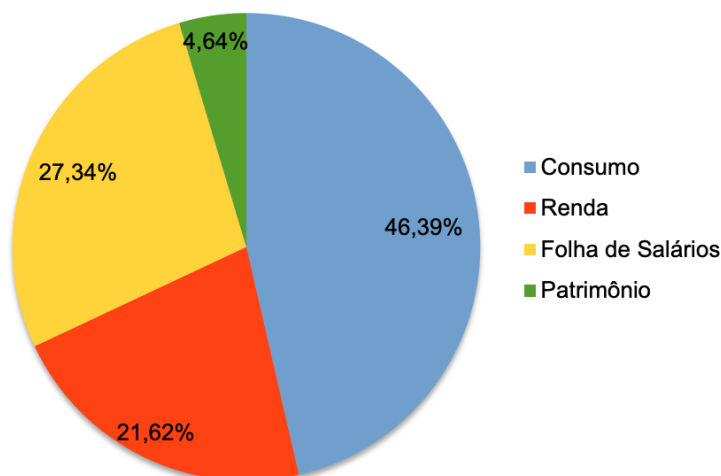
Com essa distribuição da carga tributária, a classe trabalhadora, os mais pobres e os pequenos negócios são os que mais financiam o Estado brasileiro. As grandes empresas e corporações empresariais (agronegócio de exportação e mineração) e financeiras (bancos) pouco contribuem para o financiamento do Estado, pois além de usufruírem de vários benefícios tributários e creditícios, repassam o ônus tributário para os preços de seus produtos e, quando autuadas, impetram as intermináveis ações judiciais para evitar o pagamento do tributo exigido.

---

<sup>84</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/agronegocio-e-a-divida-publica/>

<sup>85</sup> Estudo elaborado pelo Observatório de Finanças e Economia de Francisco e Clara “Padre Thierry Linard”, da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/analise-do-fluxo-de-recursos-na-esfera-publica-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia/>

**Tributos por Base de Incidência - Total: R\$ 2.291 bilhões  
Carga Tributária em 2018: 33,26% do PIB  
Inclui esferas Federal, Estadual e Municipal**



Fonte: Receita Federal.<sup>11</sup> Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Nota 1: O item “Tributos sobre Transações Financeiras”, que se refere principalmente ao IOF, foi incluído na tributação sobre o consumo, tendo em vista que o IOF incide sobre operações de crédito, seguros, compras com cartão de crédito, dentre outras transações de consumo.

Nota 2: O item “Outros Tributos” representa 0,01% do total e não foi incluído no gráfico, por impossibilidade de representação gráfica.

Assim, o financiamento do Estado recai sobre a base da sociedade, que arca com a maior parte da carga tributária, concentrada em tributos que incidem sobre o consumo, onerando principalmente os que têm menor capacidade contributiva.

Os orçamentos públicos são alimentados também por receitas financeiras (principalmente emissão de títulos públicos na esfera federal), empréstimos e outras modalidades de operações de crédito; receitas patrimoniais e comerciais, advindas da exploração de empresas estatais por exemplo.

Dentre as operações de crédito, chamamos a atenção para a modalidade de “Securitização de Créditos Públicos” que tem sido implantada em diversos entes federados, e que funciona como um consignado<sup>86</sup> de recursos públicos, subtraindo e desviando o dinheiro arrecadado de contribuintes antes que este alcance os cofres públicos!<sup>87</sup>

### **Quem se beneficia do gasto público?**

O maior volume de recursos na esfera federal é consumido com o Sistema da Dívida e os gastos da política monetária do Banco Central, beneficiando principalmente os bancos e grandes

<sup>86</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

<sup>87</sup> Maiores detalhes sobre este esquema podem ser vistos em artigo “SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS: desvio de arrecadação e geração de dívida pública ilegal”, disponível em <http://revista91.hospedagemdesites.ws/index.php/rdtps/article/view/149> e Palestra proferida na Faculdade de Direito da USP: “EC 106 e a Securitização de Créditos aprofundam o Sistema da Dívida”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0v8tWRsXX0o>



rentistas. Mesmo durante a pandemia, os gastos com a dívida pública federal foram os que mais cresceram em 2020<sup>88</sup>, em detrimento por exemplo das áreas sociais prioritárias.

Na esfera federal, a análise<sup>89</sup> do orçamento federal executado em 2021 evidencia o imenso privilégio do gasto com a chamada dívida pública, enquanto todos os demais gastos e investimentos públicos se encontram sacrificados, conforme mostra o Gráfico a seguir. Este gráfico tem possibilitado a conscientização de muitas pessoas sobre a necessidade de realizar a auditoria da dívida pública, razão pela qual a grande imprensa e outros setores conservadores ou ligados ao Sistema da Dívida têm atacado este importante instrumento de mobilização popular, com argumentos equivocados, desmontados por dados técnicos<sup>90</sup>.

O gráfico indica o gasto total com o serviço da dívida em 2021<sup>91</sup> e soma os juros e as “amortizações”, devido à comprovação da contabilização de grande parte dos juros como se fosse amortização<sup>92</sup> (ou “refinanciamento”), vulgarmente chamada de “rolagem”. Em 2021, por exemplo, o custo efetivo dos juros da dívida pública federal foi estimado em R\$ 618 bilhões, mas o governo somente contabilizou R\$ 256 bilhões na rubrica dos juros<sup>93</sup>, ou seja, cerca de pelo menos R\$ 362 bilhões referentes a juros estão sendo indevidamente embutidos na rubrica das amortizações, e são propagandeados como se fossem mera “rolagem”. Quase R\$ 1 trilhão de gastos com a dívida em 2021 nada tem a ver com a chamada “rolagem”, tendo em vista que no mínimo R\$ 618 bilhões foram gastos com o pagamento de juros e R\$ 291 bilhões de amortizações foram financiados com outras fontes de receita não relacionadas à emissão de novos títulos públicos.

O discurso de que faltam recursos para investimentos no Brasil não encontra respaldo nos dados oficiais<sup>94</sup>, com antes mencionado. O problema é que todo esse dinheiro está reservado para o rentismo!

Importante esclarecer que tanto o valor disponível na Conta Única do Tesouro Nacional como em Reservas Internacionais corresponde a recursos financeiros pertencentes ao Estado brasileiro, podendo ser destinados de acordo com a opção política das autoridades econômicas. Já o volume de recursos no caixa do Banco Central, aplicados em “operações compromissadas” e “depósitos voluntários remunerados”, correspondem a dinheiro de toda a sociedade, que deveria estar circulando na economia, gerando emprego e renda, porém, o Banco Central aceita que os bancos depositem esse montante em seu caixa e, ainda por cima, remunera diariamente os bancos por esse dinheiro que sequer lhes pertence, gerando escassez de moeda na economia, provocando elevação dos juros de mercado e elevado gasto com juros. Em um cenário de ausência de controle de capitais, como o que assistimos no Brasil (diferentemente de vários países que exercem esse

---

<sup>88</sup> <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-publica-cresceram-33-em-2020/>

<sup>89</sup> Fattorelli, Maria Lucia e Ávila, Rodrigo – *Gasto com a dívida pública sem contrapartida quase dobrou de 2019 a 2021*, disponível em <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>

<sup>90</sup> Para maiores detalhes sobre o equívoco dos argumentos usados pelos que criticam o gráfico elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida, ver <https://auditoriacidadada.org.br/explicacao/> e <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/mentiras-e-verdades-sobre-a-divida-publica-parte-3/>. (Acesso em 02.05.2022)

<sup>91</sup> <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>

<sup>92</sup> <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/relatorio-especifico-de-auditoria-cidadada-da-divida-no-1-2013/>

<sup>93</sup> Valor obtido no sistema SIOP, disponível em

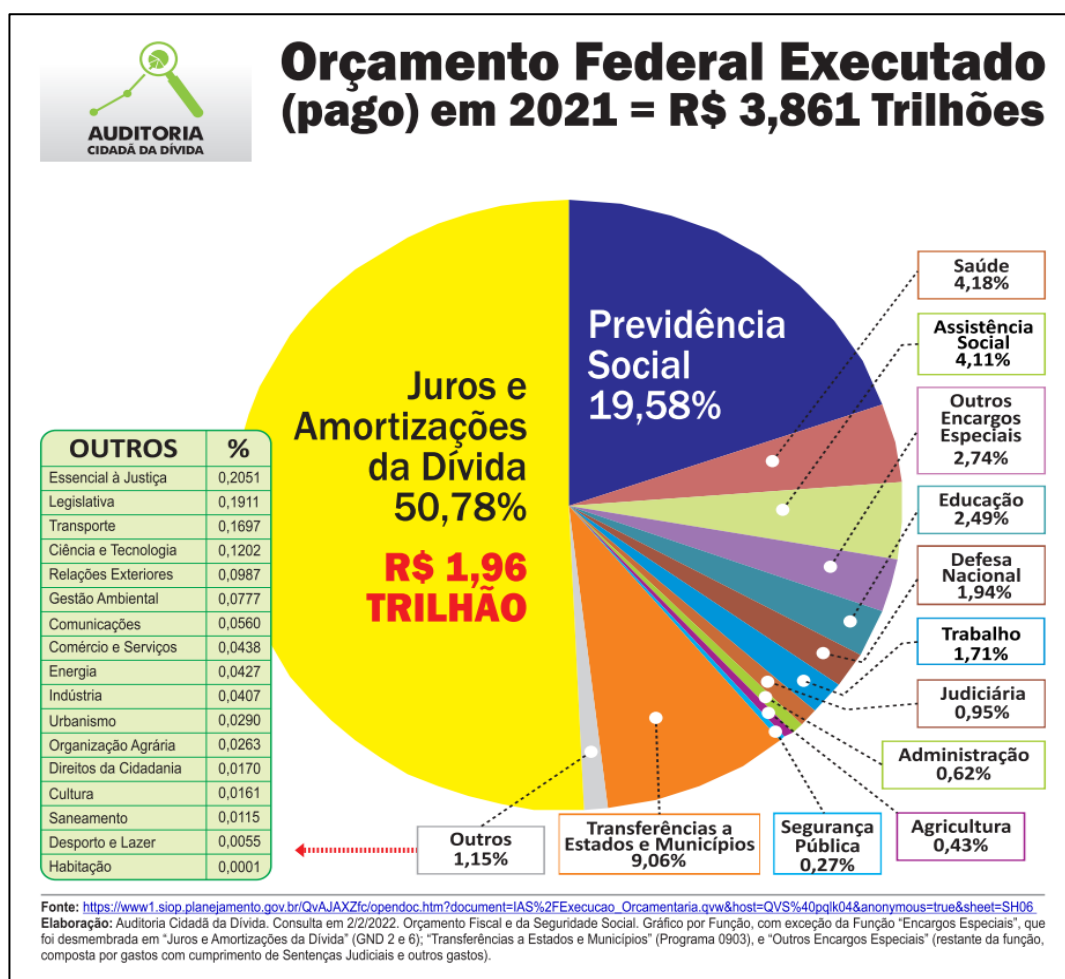
[https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)

<sup>94</sup> Em 31/12/2021, haviam em caixa R\$ 4,7 trilhões, sendo R\$ 1,736 trilhão na Conta Única do Tesouro (Fonte: [https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist\\_estatisticasfiscais/202201\\_Tabelas\\_de\\_estatisticas\\_fiscais.xlsx](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202201_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx), Tabela 4, Linha 44); R\$ 988 bilhões em Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados (dinheiro da sociedade e que deveria estar circulando na economia na forma de empréstimos a juros baixos a pessoas e empresas; Fonte: mesma Tabela 4 acima, linhas 50 e 52); e R\$ 2,02 trilhões em reservas internacionais (US\$ 362,2 bilhões multiplicados pelo câmbio de R\$ 5,5799; Fonte: Série Temporal nº 13621 do Banco Central)



controle com sucesso, como China, Malásia, Rússia, Chile, entre outros), caso investidores estrangeiros que eventualmente tenham feito aplicações no país decidam remeter grande volume de recursos ao exterior, o Banco Central pode vir a ter que vender parte das reservas internacionais para garantir os dólares ao mercado. Esse problema seria resolvido mediante a implantação do necessário controle sobre o fluxo de capitais financeiros.

Em 31/12/2021, de R\$ 1,736 trilhão disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional, R\$ 920 bilhões<sup>95</sup> decorrem da venda de títulos públicos que deveriam estar sendo destinados para investimentos de interesse social, porém, ficam reservados para pagamento de gastos com a própria dívida. A outra parcela de R\$ 816 bilhões, que tem origem em outras fontes não relacionadas à emissão de títulos públicos, também tem ficado à disposição dos gastos com os mecanismos da dívida pública sem contrapartida alguma em investimentos. Caso o Brasil praticasse taxas de juros civilizadas e a dívida pública fosse destinada a investimentos produtivos e sociais tão necessários ao país, como fazem outros países, ela seria sustentável.



Quanto mais pagamos a chamada dívida pública, mais devemos, devido à atuação de diversos mecanismos financeiros que atuam para “gerar” dívida pública sem contrapartida em investimentos sociais e promover o seu crescimento exponencial.

<sup>95</sup> TESOURO NACIONAL - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL  
[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:42728](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:42728)

A Auditoria Cidadã da Dívida tem demonstrado que o processo de endividamento público tem sido usurpado por um conjunto de mecanismos financeiros cada vez mais sofisticados e injustificáveis, que continuamente transferem dinheiro público para bancos e grandes rentistas, e “geram” dívida pública sem contrapartida, por exemplo:

- **Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública:** PROER<sup>96</sup>, PROES, EC 106<sup>97</sup>;
- **Transformação de dívida externa irregular**, suspeita de prescrição, em novos títulos de dívida externa no Plano Brady, seguida de novas transformações em títulos de dívida externa e interna;
- **Elevadíssimas taxas de juros**, sem justificativa técnica ou econômica;
- **Anatocismo**;
- **Contabilização de juros como se fosse amortização**<sup>98</sup>, burlando-se a Constituição (Art. 167, III);
- Sigilosas operações de **swap cambial** realizadas pelo Banco Central (BC)<sup>99</sup>;
- **Remuneração diária da sobra de caixa dos bancos** por meio do abuso de sigilosas “operações compromissadas” e “depósitos voluntários remunerados”, bolsa-banqueiro;
- **Emissão excessiva de títulos** para formar “colchão de liquidez”<sup>100</sup>;
- **Prejuízos do Banco Central**, a exemplo de 2016, quando R\$ 250 bilhões foram transformados em dívida pública;
- **“Securitização”** que gera dívida ilegal, paga por fora do orçamento, mediante desvio de arrecadação que sequer alcançará os cofres públicos<sup>101</sup>.

A CPI da Dívida Pública realizada na Câmara dos Deputados em 2009/2010 foi um marco na comprovação de inúmeras ilegalidades e ilegitimidades, condensadas em 8 análises técnicas<sup>102</sup>, que foram incorporadas ao Relatório Alternativo entregue ao Ministério Público Federal (MPF). As investigações não tiveram prosseguimento, o que foi reconhecido como um erro pelo então Procurador Federal Eugênio Aragão em entrevista ao Viva-Roda em 2017<sup>103</sup>.

O próprio Tribunal de Contas da União (TCU) em audiência pública realizada no Senado Federal<sup>104</sup>, afirmou que a dívida pública federal não tem financiado investimentos. Na mesma audiência pública, foi demonstrado que essa dívida tem servido para alimentar diversos mecanismos financeiros<sup>105</sup>.

Essa evidência reforça ainda mais a necessidade de realização da auditoria integral da dívida, com participação social.

---

<sup>96</sup> Fattorelli, Maria Lucia. Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados (2013) Inove Editora, Brasília/DF. Disponível em:

<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Livro-Auditoria-Cidada-da-Divida-dos-Estados.pdf>

<sup>97</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/senado-foi-enganado-ec-106-autoriza-bc-comprar-qualquer-ativo-sem-limite/>

<sup>98</sup> Tema tratado no relatório disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/relatorio-especifico-de-auditoria-cidada-da-divida-no-1-2013/>

<sup>99</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/rrepresentacao-tcu-contraswap/>

<sup>100</sup> Em 2015, por exemplo, foram emitidos R\$480 bilhões além do necessário <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/sobraram-r-480-bilhoes-no-caixa-do-governo-em-2015/>

<sup>101</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/secritizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

<sup>102</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/analises-tecnicas-que-foram-incorporadas-ao-voto-em-separado/>

<sup>103</sup> Entrevista disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vXrtbygq0Nk> ver a partir de 17:40 min.

<sup>104</sup> Fala do representante do TCU à CAE/Senado <https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

<sup>105</sup> Telas da apresentação feita à CAE/Senado disponíveis em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/palestra-a-importancia-da-auditoria-da-divida-publica-com-participacao-social-m-l-fattorelli-audiencia-publica-na-comissao-de-assuntos-economicos-senado-federal/> e vídeo em <https://youtu.be/y10a8vY7VPo>

## VIII – Qual é a saída? Como superar esses problemas e retomar o processo de crescimento econômico com justiça social?

O Papa Francisco já afirmou: “*Esta economia mata. Precisamos e queremos uma mudança de estruturas*”<sup>106</sup>, e convocou a juventude do mundo inteiro a dialogar e construir outros modelos numa ampla plataforma de discussão denominada “Economia de Francisco e Clara”, baseada na fraternidade, tendo em vista que o modelo econômico atual não atende às necessidades das pessoas e é predatório em relação ao meio ambiente.

A juventude brasileira na Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara consolidou um processo de construção de propostas para cristãos e não cristãos debaterem no âmbito das eleições de 2022, firmado no tripé: (a) Executar uma grande transição ecológica no modelo de produção; (b) Implementar políticas públicas de fomento às iniciativas de economias solidárias e ecológicas, como os bancos de desenvolvimento comunitários, as cooperativas, o fortalecimento da soberania alimentar e a implementação e execução de leis neste sentido; e, (c) Garantias no campo fiscal do orçamento público de execução desses investimentos. As propostas que já se destaca, conforme documento a ser lançado e breve, versa sobre a garantia da Renda Básica de Cidadania, taxação das grandes fortunas, entre várias outras.

É necessário um novo modelo de economia e desenvolvimento socioeconômico e ambiental, planejado de forma sistêmica, para que garanta às famílias condições dignas de vida e cidadania plena, compatível com as imensas riquezas que existem no Brasil e atendendo aos pilares do “Desenvolvimento Humano Integral”. Que as riquezas nacionais (financeiras, econômicas, naturais) sejam destinadas aos interesses da população e do país e não aos interesses privados que privilegiam os muito ricos.

São necessárias alterações em todos os eixos do modelo econômico, por exemplo:

- Modificar o modelo tributário para que a renda seja distribuída de forma justa<sup>107</sup>;
- Alterar a política monetária do Banco Central para que os recursos circulem de forma correta na economia, gerando pleno emprego em condições dignas e a correta distribuição da renda, proibindo a sua esterilização junto ao Banco Central para remunerar sobra de caixa de bancos;
- Proibir a atualização monetária automática para o capital financeiro, privilégio possibilitado por mecanismos do Sistema da Dívida, à custa de sacrifício social;
- Limitar os juros no Brasil, rever o sistema de “metas de inflação” e proibir que o Banco Central eleve os juros sob a falsa justificativa de controle inflacionário;
- Estruturar o modelo agrícola e agrário para que seja garantida a soberania alimentar e o uso respeitoso da Natureza;
- Exigir que as grandes corporações nacionais e estrangeiras assumam a sua responsabilidade social e ambiental e reparem os danos ecológicos, e que sejam revistas autorizações exploratórias danosas, interrompendo-se o dano ambiental, o saque desenfreado e a desvalorização das nossas riquezas naturais;

<sup>106</sup> <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/544477-gesta-economia-mataq-afirma-papa-francisco>

<sup>107</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/qual-reforma-tributaria-queremos-por-maria-lucia-fattorelli/>

- Realizar auditoria da dívida pública e exigir que as decisões acerca do endividamento público sejam precedidas de demonstração transparente e diálogo com a sociedade sobre a real necessidade desse endividamento.

É necessário tirar o Brasil do inaceitável cenário de escassez e descaso para com o ambiente, para que a realidade de abundância que de fato existe em nosso país esteja presente na vida de todas as pessoas, com respeito à Natureza.